

O Uso do Sorteio para a Escolha de Candidatos: uma análise das experiências do PASOK (Grécia) e do MORENA (México)

André Rubião

Faculdade de Direito Milton Campos

1 Introdução

Em todo o mundo, os partidos políticos enfrentam o problema de como nomear candidatos democraticamente. A democracia é menos credível se as escolhas na votação eleitoral não forem determinadas por meios verdadeiramente democráticos.

Giorgos Papandreou (2006 b, s.p., tradução livre).

Tomamos a decisão de quebrar o molde em que sempre foi feita a política corrupta de nosso país.

Andrés Manuel López Obrador (2015, s.p., tradução livre).

As declarações de Papandreou e López Obrador, duas lideranças de destaque em seus respectivos países, são reveladoras de um mal-estar com a política. Tanto no contexto da Grécia, em 2006, como no do México, em 2015, buscava-se uma inovação democrática capaz de responder aos anseios de mudança por parte da população. Esse sentimento de insatisfação é amplamente constatado no mundo ocidental, seja por meio da desfiliação política (Dalton e Wattenberg, 2002), da desconfiança com relação aos eleitos (Tormey, 2015), da verificação de uma indiferença e apatia dos eleitores (Adams, Dow e Merrill, 2006), da abstenção eleitoral (Anduiza Perea, 1999), do discurso de crise da representação (Bougnoux, 2006), ou da busca por mecanismos capazes de democratizar a democracia (Santos e Avritzer, 2002).

Foi nesse contexto que o Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK) e o Movimento Regeneração Nacional (MORENA) decidiram resgatar o sorteio como instrumento para a seleção de candidatos a cargos eletivos. Em ambos os casos, a ideia gerou um estranhamento, exigindo que os principais dirigentes dos partidos precisassem se dirigir à imprensa para contextualizar suas respectivas propostas. Afinal, a prática de associar a política com a seleção aleatória é antiga. Ela foi amplamente utilizada no século de Péricles, funcionando como sinônimo de democracia (Aristóteles, 1997), e nas repúblicas italianas renascentistas, com o intuito de amenizar os efeitos perversos das disputas políticas (Guicciardini, 1994).

Mas, de que forma as iniciativas do PASOK e do MORENA resgatavam esse instrumento? No caso do partido grego, a ideia era fazer com que o candidato à prefeitura da cidade de Marusi fosse escolhido por um grupo de cidadãos selecionados aleatoriamente, de modo que estes pudessem participar de uma dinâmica de capacitação, debater sobre temas de interesse do município, interrogar os pretendentes ao cargo e depois escolher aquele que achassem mais preparado para concorrer à eleição pelo partido (Fishkin *et al.*, 2008).

No caso mexicano, a ideia era que um percentual das listas eleitorais do MORENA fosse composto por militantes do partido que passassem por um procedimento duplo: primeiro uma

eleição interna, selecionando grande número de pretendentes ao cargo; depois um sorteio dentre eles, para designar os afiliados que integrariam a lista final do partido (Castro, 2018).

Ambos os casos estavam inseridos num vasto movimento de resgate do sorteio na democracia (Van Reybrouck, 2017). Após séculos de esquecimento – desde quando os pais fundadores das repúblicas modernas optaram pela eleição em detrimento da seleção aleatória (Manin, 1996) –, esse mecanismo reapareceu na segunda metade do século XX. Na Alemanha, Peter Dienel falou em “células de planificação”, enquanto Ned Crosby, nos Estados Unidos, falou em “júri de cidadãos”. Mais tarde, James Fishkin criaria a “pesquisa deliberativa” e o Danish Board of Technology a “conferência de consenso”. Apesar das particularidades, todas essas iniciativas fazem uso do sorteio de cidadãos, recorrendo à noção de amostra representativa. Por meio desta, respeitando critérios de sexo, idade e classe social, é possível sortear um grupo de pessoas, constituindo uma amostra bastante fiel às diversidades sociais de determinada circunscrição. A partir daí, o objetivo é fazer com que essas pessoas selecionadas possam se reunir para deliberar sobre um assunto de interesse público (Sintomer, 2010).

Após um período de experimentações, o uso da seleção aleatória de cidadãos foi se consolidando ao redor do mundo, e hoje é possível falar de uma explosão do sorteio na democracia (Rubião, 2018). Este artigo busca então, com base no método dedutivo e na análise bibliográfica de material diversificado, analisar as experiências do PASOK e do MORENA inseridas nesse contexto. A justificativa e a originalidade desse recorte, com dois estudos de caso afastados temporalmente e em contextos diferentes, se dá pelo fato de serem as únicas experiências contemporâneas, ao menos relatadas na literatura, em que os candidatos a cargos eletivos foram selecionados por meio do uso do sorteio. Num cenário de obscuridade sobre a maneira com que os candidatos são selecionados (Norris, 2013) e, em especial no caso do Brasil, de influência exagerada dos dirigentes partidários (Braga e Amaral, 2013), essas iniciativas podem favorecer uma reflexão sobre novas formas de representação.

Além disso, este artigo reivindica a metodologia de reconstrução de processos sociais (May, 2004) e o método genealógico (Foucault, 1979), com intuito de compreender não somente as transferências históricas inseridas na dinâmica do sorteio, mas, sobretudo, como essa compreensão temporal pode favorecer a legitimidade do uso do sorteio para transformar as democracias contemporâneas¹.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira delas busca resgatar o surgimento do sorteio na Grécia antiga e mostrar o uso desse instrumento nas repúblicas italianas renascentistas. A segunda mostra como a seleção aleatória de cidadãos para deliberar na política foi resgatada após um longo eclipse. A terceira apresenta o estudo de caso do PASOK e a quarta o estudo de caso do MORENA.

¹ O método de reconstrução de processos sociais trabalha com a generalização histórica, na tentativa de captar mudanças estruturais e padrões de longa duração. Nesse sentido, não há uma observação direta dos fenômenos ou uma interação com os indivíduos, mas uma reconstrução que busca evidenciar uma “dependência da trajetória” (*path dependency*), ou seja, “a ideia de que a ação que vem antes condiciona a que vem depois, no sentido de que limita as possibilidades de mudança de seu curso, e pode, mesmo, lhe dar certa direção” (Alonso, 2016, p. 17). No caso do sorteio, trata-se de entender as razões do seu desaparecimento ao longo da Modernidade e como esse fenômeno condicionou um novo entendimento da democracia. O método genealógico vai no mesmo sentido – buscando a “microfísica do poder” que condiciona o “saber” por trás das instituições (Foucault, 1979) –, mas faz uso desse processo histórico para transformar a realidade, ou seja, trata-se de compreender a dinâmica temporal do sorteio, seu eclipse e seu reaparecimento nas últimas décadas, com o intuito de mudar a realidade política contemporânea.

As propostas mais ousadas com relação ao uso do sorteio na democracia são aquelas que imaginam um parlamento constituído de cidadãos selecionados aleatoriamente (Callenbach e Phillips, 1985; Barnett e Carty, 1998; Buchstein, 2009; Bouricius, 2013). Seriam as iniciativas do PASOK e do MORENA um passo na direção dessa utopia?

2 O uso do sorteio ao longo da história

Com a reforma de Clístenes, na segunda metade do século IV a.C., foram consolidadas a Boulé (o Conselho Popular) e a Helieia (formada pelos tribunais). Em ambos os casos, o sorteio foi um componente essencial: cada cidadão, conforme o princípio *ho boulomenos* (“aquele que desejar”), podia se candidatar para exercer um cargo público. Uma vez sorteado – o instrumento utilizado era o *kleroterion*, uma peça de mármore contendo cinco colunas, onde era possível inserir placas –, o cidadão podia exercer funções transversais às que hoje correspondem ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário.

Dessa forma, a seleção aleatória constituía um contraponto à eleição (Aristóteles, 1997): enquanto a primeira encarnava os princípios da igualdade e da rotatividade (todos aqueles que fossem considerados cidadãos tinham legitimidade para um dia participar da atividade pública), a segunda encarnava os princípios da meritocracia e do poder de influência (os cidadãos mais respeitados, não raro os mais ricos, podiam se candidatar aos cargos públicos). No contexto da Antiguidade, Atenas foi um símbolo da participação popular: pode-se estimar que mais da metade dos cidadãos, com mais de 30 anos, exerceram cargos na administração pública, desenvolveram funções legislativas ou foram jurados pelo menos uma vez na vida (Finley, 1983; Sintomer, 2010).

Com o declínio da democracia ateniense, após a Guerra do Peloponeso, a participação popular entrou em decadência. As instituições romanas privilegiariam a cultura aristocrática. O uso do sorteio na política desapareceu, ficando esse instrumento restrito à esfera judiciária, onde os jurados (*judices jurati*), em determinados casos, ainda eram selecionados de forma aleatória.

Mais tarde, a seleção aleatória foi utilizada nas repúblicas italianas renascentistas, sobretudo para evitar as lutas pelo poder. Maquiavel (1994), por exemplo, nos narra como a disputa acirrada entre as grandes famílias, que não raro conduziam a mortes, foram amenizadas com a introdução da seleção aleatória. As principais cidades a adotar essa técnica foram Veneza e Florença. Apesar das particularidades de cada uma, a ideia era que o preenchimento de cargos públicos, muitas vezes os de hierarquia mais alta, se desse a partir de um procedimento em duas etapas: primeiro por indicação, a partir de diferentes esferas de poder (famílias, grupos, corporações, comissões etc.) e depois por sorteio, dentre os candidatos selecionados anteriormente (Guicciardini, 1994). Mesmo com um uso restrito, se comparado à Grécia, e de estar ligado a esferas de poder, por meio das indicações, o sorteio nas repúblicas italianas renascentistas permitiu não somente uma rotatividade nos cargos de poder, possibilitando uma forma de autogoverno, como se opôs ao governo de um só homem, base das monarquias absolutas que estavam emergindo (Sintomer, 2010).

3 O retorno do sorteio

Bernard Manin (1996) nos mostrou como o conceito de democracia mudou na modernidade. Os fundadores das novas repúblicas, leitores de Aristóteles e Maquiavel, optaram por deixar o sorteio

de lado. Não se tratava mais da “verdadeira democracia” (ou seja, o modelo grego), conforme o vocabulário da época, mas de uma nova “aristocracia eletiva”, baseada no sufrágio universal.

Assente nessa legitimidade da eleição dos representantes políticos e na dinâmica do capitalismo (Schumpeter, 1961), a democracia liberal prosperou durante séculos, mas não há dúvidas de que ela entrou em crise (Bougnoux, 2006). Diversas foram as causas: uma crescente insatisfação com os representantes políticos (incapazes de atender às aspirações da população); uma burocracia estatal cada vez mais ineficiente (ao contrário do que imaginava Max Weber); o advento das ambivalências do progresso (depois de um período de certeza epistemológica); a desconfiança com relação à formação da opinião pública (constituída, sobretudo, a partir dos grandes veículos de comunicação) etc.

A partir daí, diversos autores passaram a propor uma nova teoria política, capaz de superar a crise da democracia. A ideia central era ampliar o conceito de “esfera pública”, inserindo nela novos atores, advindos da sociedade civil. O momento chave da democracia passava a ser a formação de uma opinião pública esclarecida (Habermas, 1987; Cohen, 1999) ou o empoderamento de grupos sociais (Fisher, 1993; Berger e Neuhaus, 1977; Pateman, 1970), de modo que esses novos atores e mecanismos institucionais, dialogando com os antigos, pudessem mudar a dinâmica da participação política.

Foi nesse contexto de crítica e de tentativa de inovar que o sorteio foi resgatado nos anos 1970. Na Alemanha, Peter Dienel (1970) falou em “células de planificação” (*Planungszellen*), enquanto Ned Crosby (1975), nos Estados Unidos, falou em “júri de cidadãos” (*citizens' jury*). Concebidas quase ao mesmo tempo, sem que seus idealizadores tivessem conhecimento um do outro, essas duas ideias eram praticamente idênticas, fazendo uso da amostra representativa, na tentativa de criar uma miniatura da sociedade, para que esses cidadãos sorteados pudessem deliberar².

A partir delas, ocorreram várias iniciativas ao redor do mundo. Na Alemanha, por exemplo, o ministro dos Correios e das Telecomunicações adotou algumas recomendações, feitas por “células de planificação”, sobre a proteção dos dados pessoais. Nos EUA, “júris de cidadãos” foram organizados para debater o orçamento federal e o projeto de reforma do sistema de saúde. Na Inglaterra, em especial durante os anos Blair, ocorreram centenas de iniciativas, debatendo temas como gestão urbana, os desafios da sociedade informatizada, a pornografia na televisão, testes genéticos exigidos pelas companhias de seguro etc. (Sintomer, 2010).

Apesar dessas iniciativas, a ideia de utilizar o sorteio na política permanecia desconhecida ou marginalizada. Com o advento da “pesquisa deliberativa” essa realidade iria se transformar. A ideia de James Fishkin (1991) era praticamente a mesma de seus predecessores, mas havia algumas novidades. As “pesquisas deliberativas” trabalham geralmente com uma amostra maior e analisam a evolução da opinião das pessoas durante o procedimento. Uma das experiências mais importantes se deu na Austrália, em 2001, quando 344 cidadãos sorteados deliberaram a respeito da relação entre os aborígenes e as populações não indígenas. O evento de três dias, precedido de reuniões

² Na prática, eles funcionam da seguinte forma: os cidadãos selecionados se reúnem em plenário ou em subgrupos, e geralmente ganham uma indenização para participar do procedimento; um moderador independente é contratado para conduzir os debates; os júris escutam os especialistas no assunto e as partes envolvidas no processo (associações, políticos, empresários etc.); os trabalhos geralmente duram de dois a três dias; as decisões do júri podem ser consultivas ou impositivas (Sintomer, 2010).

preparatórias, foi realizado no Old Parliament House, transmitido pela televisão, e serviu para uma melhor compreensão da relação entre esses povos (Cook e Powell, 2003). O dinamismo de Fishkin, que se tornou um verdadeiro “empreendedor acadêmico”, contribuiu para que diversas pesquisas deliberativas fossem realizadas ao redor do mundo, dando mais notoriedade ao uso do sorteio na política.

Por fim, vale a pena citar as “conferências de consenso”, que ocorrem sobretudo na Dinamarca. Lá, o Parlamento criou o Danish Board of Technology, encarregado de avaliar as questões tecnológicas e de desenvolver o debate público sobre suas implicações. Este órgão, desde 1987, vem formando painéis de cidadãos sorteados que, após debaterem temas como transgênicos, energia nuclear, clonagem etc., apresentam relatórios sobre suas decisões. Inseridas no contexto da democratização da ciência (Sclove, 1995), as conferências de consenso vêm surpreendendo os analistas, mostrando que cidadãos comuns têm capacidade para deliberar sobre temas complexos (Callon *et al.*, 2001).

Mais tarde, todas essas iniciativas passaram a ser denominadas como minipúblicos (Dahl, 1989; Fung, 2003). Passada a “fase experimental”, o uso do sorteio foi se consolidando e hoje, apesar de pouco conhecido no Brasil³, é um elemento essencial nas políticas públicas de alguns países (como, por exemplo, no caso da Bélgica)⁴ e na agenda política de vários partidos (como, por exemplo, no caso da França)⁵. Além da explosão de experiências, é preciso destacar que os minipúblicos entraram em outro patamar. Se uma das principais críticas era a dificuldade das experiências com a seleção aleatória de propor mudanças estruturais na sociedade (Goodin e Dryzek, 2006; Pateman, 2012), as experiências recentes no Canadá (2004), na Islândia (2008) e na Irlanda (2013) mostraram a que ponto o sorteio pode chegar. No caso do Canadá, um grupo de cidadãos debateu e deliberou sobre a reforma eleitoral da província de Colúmbia Britânica. No caso da Islândia, a partir de um grupo de 950 cidadãos sorteados, foi redigido um documento indicando quais deveriam ser os principais eixos de uma nova Constituição para o país. Ambas as experiências não foram aceitas. No caso do Canadá, após a aprovação da reforma eleitoral, feita pelo minipúblico, era necessário um referendo, com 60% de aprovação, sendo que a proposta obteve apenas 57,69% (Warren e Pearse, 2008). No caso da Islândia, após o documento ser redigido pelos cidadãos sorteados, a nova Constituição foi formulada por uma Convenção, mas o parlamento acabou não aprovando a proposta (Landemore, 2015). Apesar dos reveses, ambas experiências inspiraram o caso da Irlanda. Lá, a partir de uma Convenção Constitucional, formada por 33

³ No que toca o Brasil, uma pesquisa deliberativa foi realizada no Rio Grande do Sul, em 2009, para avaliar a valorização das carreiras dos servidores públicos estaduais (Fishkin *et al.*, 2010). Mais recentemente, o coletivo Delibera Brasil organizou duas experiências com minipúblicos: a primeira trata de um processo deliberativo em Ilhéus, Bahia, sobre a regulamentação da atividade de mototáxi; a segunda trata de uma deliberação no âmbito do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, São Paulo, com recomendações para revitalização do principal espaço urbano do bairro (Netto e Cervellini, 2019).

⁴ Ver as plataformas G1000 e G100, que vem influenciando as tomadas de decisão do governo (Jacquet e Reuchamps, 2016).

⁵ Na eleição presidencial francesa de 2017, por exemplo, o sorteio esteve presente nas propostas de quase todos os candidatos: Emmanuel Macron sugeriu um órgão de cidadãos sorteados para supervisionar o Presidente; o concorrente do Partido Socialista, Benoît Hamon, lançou a ideia de constituir um minipúblico formado por parlamentares e cidadãos selecionados aleatoriamente, com o objetivo de traçar os contornos de uma nova República; já o candidato da extrema-esquerda, Jean-Luc Mélenchon, prometeu criar uma assembleia constituinte formada por cidadãos sorteados, a exemplo do que aconteceu na Islândia; outros candidatos menos badalados, como Charlotte Marchandise e Alexandre Jardin, também incluíram nos seus programas iniciativas envolvendo o sorteio (Rubião, 2018).

políticos designados e 66 cidadãos sorteados, foram emitidos pareceres a respeito de propostas específicas de reforma constitucional, que depois foram encaminhadas para o parlamento, para o governo e referendadas junto à população. Dessa maneira, o casamento homoafetivo foi aprovado no país, que se tornou o primeiro no mundo a fazer uma emenda constitucional a partir do sorteio de cidadãos (Suiter *et al.*, 2016).

O conjunto dessas iniciativas, espalhadas pelo mundo, mostra o potencial e a diversidade dos minipúblicos, que vêm se consolidando, junto com outras formas de participação social (Fung, 2003; Avritzer, 2009), como uma alternativa viável para transformar as democracias contemporâneas. Os casos de escolha de candidatos a cargos eletivos, tanto na Grécia como no México, se inserem no contexto dessa dinâmica.

4 A denominação do candidato à prefeitura de Marusi pelo PASOK

Em um comunicado à imprensa, em junho de 2006, o líder do PASOK, Giorgos A. Papandreou, trazia um diagnóstico da conjuntura política do país e da necessidade de mudanças:

A sociedade grega exigiu que a qualidade de nossa vida política fosse melhorada. O clima de decadência política que foi cultivado, especialmente pelo governo atual, baseado em eventos como escutas telefônicas, falta de transparência, política partidária, nomeação nepotista de indivíduos para o governo, dentre outras atitudes que destacam a necessidade de mudanças radicais na maneira como fazemos política – mudanças estas que aumentarão a segurança e a confiança. No curto prazo, é claro, esses problemas poderiam ser resolvidos simplesmente trazendo novos rostos, mas acreditamos que mudanças mais substanciais estão em ordem. Por isso, adotamos novos procedimentos, mudanças radicais nos processos de tomada de decisão, que criarão uma nova relação de confiança entre o cidadão e o Estado. Estou muito orgulhoso do que nosso movimento conseguiu realizar para esse fim (Papandreou, 2006a, s.p., tradução livre).

À época, George A. Papandreou era o líder do partido fundado por seu pai, Andreas Papandreou. O PASOK surgiu em 1974, após a queda do regime militar grego (1967-1974), reivindicando um discurso radical de esquerda. O documento de fundação do partido, Declaração de 3 de setembro, defendia a nacionalização das indústrias, o afastamento da OTAN e da Europa, além de uma retórica antiocidental (Spourdalakis e Tassis, 2006).

Depois de um resultado modesto nas primeiras eleições, o partido foi relativizando seu discurso, construindo alianças políticas bem-sucedidas, o que acabou conduzindo Andreas Papandreou ao cargo de primeiro-ministro em 1981. O líder do PASOK governou o país até 1989, quando uma série de escândalos de corrupção veio à tona, envolvendo alguns de seus ministros. Nas eleições daquele ano, com a queda do muro de Berlim, o PASOK não somente acabou derrotado, como percebeu que a concretização de seus ideais de esquerda se tornava cada vez mais distante.

Os anos seguintes, no contexto de um país dividido, foram caracterizados pela formação de um governo de coalisão. Andreas Papandreou ainda voltaria ao cargo de primeiro-ministro em 1994, mas, com problemas de saúde, acabou se afastando do governo em 1996, falecendo poucos meses depois. Após a sua morte, um novo grupo, sob a liderança de Kostas Simitis, assumiria a

liderança do PASOK, afastando o partido ainda mais da sua identidade inaugural. Com um discurso de modernização (“não há alternativa”), Simitis governou de 1996 a 2004, colocando em prática uma agenda econômica liberal, marcada pela entrada da Grécia na Zona do Euro, pelo controle do déficit e da inflação, pela valorização da moeda, por reformas trabalhistas e pela defesa de um amplo projeto de privatizações e de mudanças nas infraestruturas do país, de modo a torná-lo mais competitivo no cenário de divisão do trabalho internacional (Spourdalakis e Tassis, 2006).

Após oito anos no poder, o PASOK acabou perdendo as eleições de 2004. Acusado de corrupção, de falta de transparência e de manipulação de dados oficiais do país, o governo Simitis havia perdido credibilidade. Foi nesse contexto que Giorgos Papandreou assumiu a liderança do partido, com um discurso de renovação política e de democratização. Pela primeira vez, sob sua direção, o PASOK introduziu o procedimento de primárias abertas para a eleição de seu líder, sendo que Giorgos Papandreou, apesar de candidato único, obteve uma votação extraordinária, com mais de um milhão de votos.

Essa vontade de inovação democrática acabou então aproximando o líder do PASOK de James Fishkin. À época, o criador da “pesquisa deliberativa” já tinha uma vasta experiência com minipúblicos, levados a cabo pelo Center for Deliberative Democracy da Universidade de Stanford. A ideia inicial do projeto de Papandreou e Fishkin era constituir uma amostra de cidadãos sorteados, para que eles pudessem ouvir os pretendentes e emitir uma opinião sobre o mais capacitado para concorrer ao cargo de prefeito de Marusi, uma cidade de 70.000 habitantes, localizada na região metropolitana de Atenas. Os organizadores, no entanto, decidiram ir além: ao invés de um papel consultivo (apenas informar aos eleitores o melhor candidato), o minipúblico iria deliberar de forma definitiva (escolhendo o concorrente do PASOK ao cargo). Como destacou um artigo do *Financial Times*, era a oportunidade de resgatar das ruínas o sorteio de cidadãos, que foi um dos principais componentes da democracia grega na Antiguidade (Lloyd, 2006b).

Nos debates que antecederam o evento, uma dúvida apareceu: o minipúblico deveria ser formado apenas por membros do partido (ou seja, por aqueles que, originalmente, poderiam escolher o candidato) ou a amostra deveria ser composta a partir da totalidade de cidadãos capazes de votar na cidade de Marusi? Com o intuito de mostrar a abertura do partido para o conjunto da população, o líder do PASOK, Giorgos Papandreou, acabou optando pela segunda alternativa (Fishkin *et al.*, 2008).

O processo de constituição da amostra aconteceu da seguinte forma. Em primeiro lugar, 1.275 pessoas capazes de votar em Marusi foram contatadas por telefone e responderam a um questionário. Esse questionário inicial trazia perguntas sobre o perfil demográfico dos votantes (idade, grau de educação, trabalho etc.), a relação deles com o PASOK (se eram filiados, se já votaram alguma vez no partido etc.) e a opinião deles sobre 17 temas ligados a políticas públicas (desemprego, transporte público, gestão das escolas, participação popular etc.). Na segunda etapa, 153 pessoas do grupo anterior foram selecionadas para participar da deliberação. Com antecedência, essas pessoas receberam um material informativo sobre assuntos ligados a políticas públicas locais, preparado pelo comitê organizador e, no dia do evento, responderam a um novo questionário.

É importante destacar que, ao contrário da maioria dos minipúblicos, os participantes não foram remunerados. Essa foi a principal justificativa para a aderência espontânea maior, nesta segunda etapa, de pessoas simpatizantes do PASOK. Algumas diferenças demográficas também

foram constatadas como, por exemplo, o fato de os participantes da segunda etapa, em comparação com a amostra inicial, serem um pouco mais velhos, um pouco mais ricos, frequentarem menos a igreja etc. No entanto, como destacaram Fishkin *et al.* (2008), com base nos questionários, a diferença de opinião sobre os tópicos de políticas públicas entre os participantes (segunda etapa) e os não-participantes (primeira etapa), mesmo comparando os simpatizantes e os não-simpatizantes do PASOK, não era muito significativa, o que indica a legitimidade da amostra.

No dia do evento, os cidadãos se reuniram em grupos menores, para debater assuntos específicos de políticas públicas, e depois em plenária, para questionar os seis candidatos que se apresentaram para concorrer ao cargo. As perguntas que lhes foram dirigidas, como observou o jornalista John Lloyd (2006a), foram diretas e precisas, exigindo respostas muito objetivas, e o moderador do evento, um apresentador de TV conhecido, foi rigoroso no cumprimento das regras. Ao final, os cidadãos votaram de forma secreta. Como nenhum candidato conseguiu a maioria absoluta dos votos, os dois melhores colocados, Panagiotis Alexandris (41,6%) e Alekos Breyiannis (20,8%), foram para um segundo turno, onde Alexandris (57,5%) acabou superando Breyiannis (42,5%). É importante observar que, no questionário inicial, enviado para 1.275 pessoas, Alexandris era o menos conhecido dos seis candidatos: 84% dos cidadãos afirmaram que nunca tinham ouvido falar dele ou não responderam à questão (Fishkin *et al.*, 2008).

Esse dado revela a capacidade dos minipúblicos de construir um entendimento reflexivo sobre os assuntos que lhes são postos⁶, trazendo uma legitimação procedimental da democracia, tal como indicava o caminho aberto por Habermas (1987 e 2003). Como defende o próprio Fishkin (1991), trata-se de uma opinião esclarecida, de forma racional, após os participantes pensarem sobre pontos de vista distintos, e não de uma mera opinião espontânea, sem passar pelo crivo de um processo deliberativo.

Ao final da experiência grega, Alexandris foi indicado como candidato do PASOK para a eleição municipal de Marusi, mas acabou não se elegendo. Esse revés pode trazer alguns questionamentos. Seria ele o melhor candidato para um processo eletivo normal (ou seja, um processo sem o grau de esclarecimento da “pesquisa deliberativa”)? O fato de ele ser desconhecido, como indicou o questionário inicial, não teria influenciado a sua derrota? Será que os participantes do minipúblico levaram essas variáveis em consideração ao deliberar? Se tratam de questões legítimas, que devem ser colocadas no contexto de uma disputa eleitoral, mas que não tiram a legitimidade do procedimento. Como observou Mansbridge, dando como um dos exemplos o caso do PASOK, as pesquisas deliberativas representam hoje um padrão de excelência em vários aspectos: “elas são fortes em termos de representatividade, de obtenção de resultados, de disponibilização de materiais equilibrados, de criação de elos políticos e de espaços de qualidade para a reflexão” (2010, p. 55-56).

⁶ Outros exemplos de ganho em reflexividade podem ser constatados nos questionários que foram respondidos pelos participantes antes e após o evento. Conforme mostram Fishkin *et al.* (2008), houve um aprimoramento do conhecimento dos cidadãos sobre questões importantes para o planejamento das políticas públicas (*e.g.*, quantidade de lixo produzido por habitante, percentual de imigrantes em Marusi, número de pessoas usando o metrô etc.) e sobre o posicionamento dos candidatos a respeito de temas ligados a essas mesmas questões (*e.g.*, proteção ao meio ambiente, melhora do transporte local, integração dos imigrantes etc.).

5 A seleção de candidatos do MORENA

O Movimiento Regeneración Nacional (MORENA) surgiu de maneira informal, em 2011, como um movimento político e social que visava impulsionar a candidatura de Andrés Manuel Lopez Obrador à presidência do México nas eleições de 2012. AMLO, como é conhecido, já tinha concorrido em 2006, e novamente acabou não tendo êxito, mas as bases do seu futuro partido estavam sedimentadas. Ao final de 2012, o MORENA foi registrado como associação civil e, em 2014, como partido político. Não há, portanto, como dissociá-lo da figura de AMLO, cabendo-lhe o epíteto de “partido do lopezobradorismo” (Bolívar Meza, 2014).

Desde sua criação, o MORENA foi ligado à crítica ao *status quo* da política mexicana, denunciando as práticas de corrupção existentes no país, exigindo respeito das autoridades à Constituição, prometendo transformar a vida pública e resolver os principais problemas sociais que afetavam a população (Bolívar Meza, 2014). Foi nesse contexto de ruptura e de busca por alternativas que o partido decidiu instituir o uso do sorteio para a seleção de candidatos, chegando ao ponto de incluir esse mecanismo no seu estatuto⁷.

Para compreender o processo de seleção aleatória, inaugurado na eleição de 2015, é importante destacar como funciona o sistema eleitoral para deputados federais no México. A Câmara Federal é formada por 500 deputados. Destes, 300 se elegem por voto uninominal ou de maioria relativa, em cada um dos 300 distritos eleitorais em que está dividido o território nacional. Os outros 200 deputados, denominados plurinominais ou de representação proporcional, se elegem de acordo com listas regionais, em cinco circunscrições, de acordo com a proporção de votos que cada partido político recebe (Castro, 2018).

O uso do sorteio pelo MORENA se deu, então, no caso dos deputados plurinominais. Cerca de dois terços (77%) das pessoas que compuseram a lista do partido foram selecionadas por meio de uma combinação entre eleição e sorteio⁸. O procedimento se deu da seguinte forma. Em primeiro lugar, o partido fez uma convocatória para que todos os militantes do MORENA interessados em fazer parte da lista pudessem se registrar. Após o registro, foram convocadas assembleias em cada um dos 300 distritos eleitorais em que o país está dividido. Nestas assembleias, todos os afiliados ao partido puderam votar em um homem e uma mulher que se registraram previamente como candidatos. Ao final do processo, os cinco homens e cinco mulheres mais votados, em cada um dos 300 distritos, foram indicados para participar do processo de sorteio, denominado pelo estatuto do partido como *insaculación*⁹.

O grande evento ocorreu em 23 de fevereiro de 2015, na cidade do México, em um auditório repleto de pessoas, que vieram de todas as regiões do país. Apesar da presença de parte da cúpula

⁷ Conforme dispõe o art. 44(a) do estatuto do partido, “a decisão final sobre as candidaturas do MORENA resultará da utilização harmônica dos métodos de eleição, sorteio e pesquisa” (Morena, 2014, p. 17, tradução livre).

⁸ Os outros 33% dos participantes eram pessoas externas ao partido, ou seja, pessoas não filiadas ao MORENA. Nesse sentido, conforme dispõe o artigo 43, m, do estatuto do partido, “será candidato aquele que esteja mais bem posicionado em uma pesquisa em que participarão quatro personalidades selecionadas pela Comisión Nacional de Elecciones entre aquelas que queiram se inscrever para tal efeito” (Morena, 2014, p. 17, tradução livre).

⁹ Este conceito é conhecido em espanhol, sobretudo por conta de uma prática realizada no Reino de Aragão, muito próxima às práticas de Florença e de Veneza, que consistia em sortear alguns cargos públicos colocando cédulas dentro de um saco (cf. Sintomer, 2011, p. 79-90). Como o termo “ensacolação” não é utilizado em português, optou-se por indicar, ao longo do texto, a palavra “sorteio”.

do partido, a jornalista Shaila Rosagel, acostumada com a cobertura política, observou algo diferente naquela ocasião:

Não havia enfeites, chinelos, jóias, marcas caras, cabelos e maquiagem. Havia mulheres de Iztapalapa, de braços grossos, donas de casa que só cursaram o ensino médio; ex-migrantes e camponeses de um município da Serra de Puebla e alguns outros ex-funcionários de baixo perfil do Governo do Distrito Federal (GDF) de algumas das administrações anteriores (Rosagel, 2015, s.p., tradução livre).

De fato, como anunciou AMLO, na abertura dos trabalhos, aquele era um momento único na história mexicana, onde havia “desde o mais humilde até o mais importante militante”, para permitir levar o “poder ao povo, para governar para o povo” (*apud* Rosagel, 2015, s.p., tradução livre).

Após as falas inaugurais, os 3000 selecionados no processo de eleição foram distribuídos em cinco circunscrições referentes ao território mexicano. Para cada uma delas foram disponibilizados dois globos giratórios (*tombolas*), uma para os homens e outras para as mulheres, de modo a respeitar-se a igualdade de gênero. Na medida em que as pessoas iam sendo sorteadas, de forma intercalada e sequencial, elas iam sendo colocadas na lista final do MORENA para concorrer ao cargo de deputado federal plurinominal na eleição de 2015¹⁰.

Embora um clima de euforia entre os militantes do partido tenha tomado conta do evento (cf. Rosagel, 2015), não demoraram a surgir reações contrárias à iniciativa de López Obrador:

Muitos consideraram esta medida uma manipulação antidemocrática e caciqueira do líder máximo desse partido. O deputado federal do PRD, Fernando Belaunzarán, declarou categoricamente: “Será uma farsa engana-bobos”. Para ele, “o poder não deve ser sorteado em uma rifa”. Da mesma forma, o ex-líder do mesmo partido, Guadalupe Acosta Naranjo, se vangloriava de que, enquanto seu partido político foi organizado pelo Instituto Nacional Eleitoral para suas eleições internas, Morena foi organizada pela Loteria Nacional (Rivera, 2015, s.p., tradução livre).

Claudio López-Guerra, da sua parte, se remeteu à experiência do PASOK para criticar o uso do sorteio levado a cabo pelo MORENA. Segundo ele, a experiência grega trazia mais legitimidade, pois instituía um minipúblico (ou seja, uma miniatura da sociedade), para pensar de forma esclarecida sobre o melhor nome a ser indicado. O autor chegou a lançar um desafio: “Aceitaria AMLO realizar uma autêntica pesquisa deliberativa para selecionar o próximo candidato do MORENA à presidência de México? Aposto que não” (López-Guerra, 2015, s.p., tradução livre).

No entanto, a afirmação de López-Guerra (2015) de que a experiência do MORENA estaria na contramão do uso do sorteio na política nos parece descabida. Como apontou Rivera (2015), a iniciativa mexicana pôde resgatar alguns dos princípios que nortearam a seleção aleatória na antiguidade grega, como a diversidade e a rotatividade de pessoas exercendo cargos públicos e o enfraquecimento das oligarquias. A isso, podemos acrescentar que o caso do MORENA resgata

¹⁰ No total, a lista tinha 200 nomes: 77% foram designados por sorteio e 33% foram destinados aos candidatos externos, conforme o estatuto do partido (Morena, 2014).

parte da dinâmica que motivou o uso do sorteio nas repúblicas italianas renascentistas, no sentido de favorecer a atenuação dos efeitos perversos das disputas pelo poder. Afinal, com um processo de eleição mais amplo, capaz de selecionar 3.000 candidatos, vários grupos ou várias vozes que acreditaram no potencial de um candidato, puderam depois concorrer em condições iguais com outros grupos ou outras vozes que apoiaram candidatos distintos, sem que a decisão final dependesse de coligações mais afinadas, capazes de gerar uma discórdia entre os militantes do partido. Como anunciou o próprio López Obrador (2015, s.p., tradução livre): “Foi a sorte, não foi o dedo. Não havia parentes dos dirigentes, recomendados pelos de cima, foram escolhidos homens e mulheres do povo, cidadãos limpos, novos, bons, comprometidos com o povo e a nação”.

6 Conclusão

Passado mais de um século da famosa tese de Robert Michels (1971), sobre a inevitabilidade da oligarquia na vida partidária, nada indica que essa “lei de ferro” tenha sofrido alterações.

No caso do Brasil, Braga e Amaral (2013) mostraram como os líderes partidários continuam tendo um poder de influência excessivo na composição das chapas, das coligações, das listas de candidatos etc., em especial pelo fato de não serem permitidas candidaturas independentes e de a legislação partidária estabelecer que as normas para a definição dos candidatos devem ser estabelecidas pelo regimento interno de cada partido. A isso, soma-se um constato antigo (Czudnowski, 1975) a respeito das dificuldades de acesso às informações sobre as regras e procedimentos internos dos partidos, ao redor do mundo, no que toca a seleção de seus candidatos.

As iniciativas envolvendo o sorteio podem trazer um ar fresco para esse universo. É verdade que ainda se trata de algo experimental, sem a devida sedimentação temporal. No caso da Grécia, envolvendo a “pesquisa deliberativa”, foi apenas uma experiência que, por um lado, mostrou um potencial surpreendente de capacidade de esclarecimento dos eleitores (o candidato escolhido era o menos conhecido), mas que, por outro, não foi capaz de repetir o mesmo sucesso (do candidato escolhido) no processo eletivo à prefeitura de Marusi.

No caso do México, apesar de uma institucionalização do procedimento (figurando no estatuto do MORENA) e de uma clara diversificação das pessoas que passaram a compor as listas, faltam estudos empíricos, como observou Castro (2018), para verificar o desempenho desses novos parlamentares e a repercussão geral da receptividade desse novo mecanismo no partido e no conjunto da sociedade¹¹.

É preciso destacar que a ideia também vem gerando uma desconfiança, mesmo em meio àqueles que lutam contra o *status quo* na política. O caso do PODEMOS, na Espanha, é um exemplo disso (Rubião, 2018). Em 2014, durante uma Assembleia Cidadã que se reuniu para debater os rumos do partido, quando o grupo “Sumando Podemos” propôs introduzir cidadãos sorteados, de forma complementar, em cargos de direção do movimento, alguns líderes do grupo “Claro que Podemos” dirigiram-lhe duras críticas. Para estes, o sucesso do PODEMOS estava ligado à eficácia do movimento, razão pela qual eles não podiam deixar de escolher os melhores

¹¹ Parece-nos importante seguir esse caminho como linhas de investigação futuras, pois teríamos que nos concentrar, por exemplo, no desempenho legislativo desses representantes, em seus perfis sócio-demográficos, pois muitos dos atuais deputados não tinham experiência política anterior (a maioria era de donas de casa, estudantes, profissionais independentes, de 22 até 75 anos), bem como a possível influência deles na formação das estruturas políticas internas do partido (Castro, 2018, p. 12, tradução livre).

candidatos para ocuparem os cargos de poder e nem correrem o risco de serem ridicularizados pela imprensa a partir de tais ideias. Como observou Feenstra (2017), trata-se de uma reação exagerada, uma vez que o sorteio incidiria somente de forma complementar, sem substituir a eleição por voto, e de um posicionamento que destoa das reivindicações dos indignados das praças, revelando-se mais próxima da tradicional verticalidade dos partidos do que de uma estrutura política mais horizontal.

Apesar dessas suspeitas, a entrada em cena dos “profanos na política” (Fromentin e Wolcik, 2008) vem trazendo uma novidade: ela nos mostra que as pessoas comuns (os “profanos”), em contraponto aos que integram as esferas políticas tradicionais (os “sagrados”), são capazes de deliberar sobre temas de interesse geral, trazendo consigo uma imparcialidade e um saber-cidadão imprescindíveis para transformar uma esfera pública carregada de interesses e de redes de poder. No caso do PASOK, vimos como os cidadãos sorteados, após refletir e interrogar os candidatos sobre diversos assuntos, escolheram aquele que era o menos conhecido, numa lógica que vai de encontro ao caciquismo (Braga e Amaral, 2013) e à obscuridade (Norris, 2013) que imperam na seleção dos candidatos pelos partidos. Já no caso do MORENA, vimos como a iniciativa contribuiu para o enfraquecimento das oligarquias presentes no partido (Rivera, 2015), trazendo mais diversidade e rotatividade no preenchimento dos cargos públicos.

Muito além disso, o sorteio pode contribuir para uma verdadeira “escola da democracia” (Mansbridge, 1999; Talpin, 2011). Tanto no caso do PODEMOS como no caso do PASOK, os procedimentos foram capazes de mobilizar cidadãos (seja para exercer cargos, seja para deliberar de forma mais esclarecida) que provavelmente não teriam a oportunidade de participar de tais experiências. Como já observara Tocqueville (1977), falando dos júris na América jacksoniana, essa oportunidade de participar de iniciativas ligadas à democracia têm um efeito pedagógico por si só, no sentido de revelar e instigar um espírito cívico e uma reflexão cidadã, algo que vai sendo transmitida para as novas gerações ao longo do tempo.

É preciso destacar também que o uso do sorteio para a seleção de candidatos não significa uma reviravolta nos modelos clássicos de indicação dos políticos. Mesmo as ideias mais ousadas, como a instituição de parlamentos destinados a cidadãos sorteados (Callenbach e Phillips, 1985; Barnett e Carty, 1998; Buchstein, 2009; Bouricius, 2013), não excluem formas tradicionais de representação. Nos casos do PASOK e do MORENA, vimos como as experiências combinam sorteio com eleições, buscando trazer uma diversificação maior dos participantes do processo e um ganho de representatividade: no exemplo grego, fazendo com que os cidadãos comuns e não os líderes partidários pudessem escolher o candidato (diminuindo assim, ainda que por meio de amostra, o distanciamento entre eleitores e eleitos); no caso mexicano, possibilitando o respeito à paridade de gêneros (mesmo número de mulheres e homes) e à diversificação social dos candidatos, conforme relatado por observadores, como consta em Rosagel (2015), mais condizente com a pluralidade do país.

Por fim, como defendem Mansbridge *et al.* (2012), é necessário ir além da análise de iniciativas isoladas, e pensar um desenho institucional para a democracia como todo, levando-se em conta as características do caso concreto, de modo a potencializar os ganhos de legitimidade. Os exemplos do PASOK e do MORENA, ao inovar na seleção de candidatos por meio do sorteio, podem contribuir para esse debate, podendo ser conjugados com outras iniciativas de participação social.

Referências

- ADAMS, James; DOW, Jay; MERRIL, Samuel. The political consequences of alienation-based and indifference-based voter abstention: Applications to Presidential Elections. *Political Behavior*, v. 28, n. 1, p. 65-86, 2006.
- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre *et al.* (Orgs). *Métodos Qualitativos em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: SESC/SEBRAP, 2016.
- ANDUIZA PEREA, Eva. *¿Individuos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa Occidental*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno de España Editores, 1999.
- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- AVRITZER, Leonardo. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.
- BARNETT, Anthony; CARTY, Peter. *The Athenian option: radical reform for the House of Lords (luck of the draw: sortition and public policy)*. Charlottesville: Imprint Academic, 1998.
- BERGER Peter L.; NEUHAUS, Richard J. *To Empower People. From State to Civil Society*. Washington: American Enterprise Institute, 1977.
- BOLIVAR MEZA, Rosendo. Morena: el partido del lopezobradorismo. *Polis*, v. 10, n. 2, s.p., 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-23332014000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 29 maio 2021.
- BOUGNOUX, Daniel. *La crise de la représentation*. Paris: La Découverte, 2006.
- BOURICIUS, Terril. Democracy through multi-body sortition. Athenian lessons for the modern day. *Journal of Public Deliberation*, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Souza; AMARAL, Oswaldo E. Implicações do processo de seleção de candidatas na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 33-43, 2013.
- BUCHSTEIN, Hubertus. Randomizing Europe: the lottery as a decision-making procedure for policy creation in the EU. *Critical Policy Studies*, v. 3, n. 1, p. 29-57, 2009.
- CALLENBACH, Ernest; PHILLIPS, Michael. *A Citizen Legislature*. Berkeley: BanyanTree/Clear Glass, 1985.
- CALLON, Michel *et al.* *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Editions du Seuil, 2001.
- CASTRO, Alexei Daniel Serafín. *Uso del sorteo, participación política y democracia. Una lección para México*. In: Anais do VI Congresso Nacional de Ciências Sociais, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=CASTRO%2C+Alexei+Daniel+Seraf%3%ADn.+Uso+del+sorteo%2C+p+articipaci%3%B3n+pol%3%ADtica+y+democracia.+&btnG=. Acesso em: 29 maio 2021.

COHEN, Joshua. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, James; REGH, William (Eds.). *Deliberative democracy*. Essays on reason and politics. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1999.

COOK, Kimberly J.; POWELL, Chris. Unfinished Business: Aboriginal Reconciliation and Restorative Justice in Australia. *Contemporary Justice Review*, v. 6, n. 3, p. 279-291, 2003.

CROSBY, Ned. *In search of the competent citizen*. Working Paper. Plymouth: Center for New Democratic Processes, 1975.

CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Orgs.). *Handbook of Political Science: Micropolitical Theory*. Reading: Addison-Wesley, 1975. v. 2.

DAHL, Robert. *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

DALTON, Russel J., WATTENBERG, Martin P. (Orgs.). *Parties Without Partisans*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DIENEL, Peter. Techniken bürgerschaftlicher Beteiligung an Planungsprozessen. *Offene Welt – Wirtschafts- und Gesellschaftspolitisches Bildungswerk*, n. 101 (Partizipation-Aspekte politischer Kultur), p. 144-156, 1970.

FEENSTRA, Ramón. Democracia y elección por sorteo en las nuevas formaciones políticas: teorías políticas clásicas y contemporáneas. *Daimon - Revista Internacional de Filosofía*, n. 72, p. 205-2019, 2017.

FINLEY, Moses I. *Politics in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

FISHER, Robert. Grass-roots organizing worldwide; common ground, historical roots, and tension between democracy and the State. *Urban Affairs Annual Review*, n. 41, p. 3-27, 1993.

FISHKIN, James. *Democracy and Deliberation*. New Directions for Democratic Reform. New Haven: Yale University Press, 1991.

FISHKIN, James *et al.* *Deliberative Participatory Consultation: The First Deliberative Poll in Porto Alegre*. In: Proceedings of 106th Annual Meeting of the American Political Science Association, 2010. Disponível em: <https://cdd.stanford.edu/mm/2010/fishkin-porto-alegre.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

FISHKIN, James *et al.* *Returning Deliberative Democracy to Athens: Deliberative Polling for Candidate Selection*. In: Proceedings of 104th Annual Meeting of the American Political Science Association, 2008. Disponível em: <https://cdd.stanford.edu/mm/2008/candidate-selection.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FROMENTIN, Thomas; WOLCIK, Stéphanie (Orgs.). *Le profane en politique: compétences et engagement du citoyen*. Paris: L'Harmattan, 2008.

FUNG, Archon. Survey Article: Recipes for Public Choices Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences. *The Journal of Political Philosophy*, v. 11, n. 3, p. 338-367, 2003.

GOODIN, Robert E.; DRYZEK, John S. Deliberative impacts: the macro-political uptake of mini-publics. *Politics & Society*, v. 34, n. 2, p. 219-244, 2006.

GUICCIARDINI, Francesco. *Dialogue on the government of Florence*. Cambridge: Cambridge

University Press, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1987.

JACQUET, Vincent; REUCHAMPS, Min. Les “methodologues” de la démocratie délibérative. Entre activisme citoyen et recherche scientifique au sein du G1000 et du G100. *Participations*, v. 16, n. 3, p. 45-65, 2016.

LANDEMORE, Hélène. Inclusive Constitution-Making: The Icelandic Experiment. *The Journal of Political Philosophy*, v. 23, n. 2, p. 166-191, 2015.

LLOYD, John. Le primarie modello Pericle. *La Repubblica*, 10 jun. 2006a.

LLOYD, John. Out of the ruins. *Financial Times*, 07 jul. 2006b.

LÓPEZ-GUERRA, Claudio. AMLO y Chigurh. *Nexos*, 1 abr. 2015. Disponível em: <https://www.nexos.com.mx/?p=24563>. Acesso em: 30 maio 2021.

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion, 1996.

MANSBRIDGE, Jane. Deliberative Polling as the Gold Standard. *The Good Society*, v. 19, n. 1, p. 55-62, 2010.

MANSBRIDGE, Jane. On the idea that participation makes better citizens. In: ELKIN, Stephen; SOLTAN, Karol. (eds.). *Citizen competence and democratic institutions*. Philadelphia: The Pennsylvania University Press, 1999.

MANSBRIDGE, Jane *et al.* A systemic approach to deliberative democracy. In: MANSBRIDGE, Jane; Parkinson, John (Orgs.). *Deliberative systems*. Deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MAQUIAVEL. *História de Florença*. São Paulo: Musa Editora, 1994.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MICHELS, Robert. *Les partis politiques*. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion, 1971.

MORENA. *Estatuto de Morena*. 2014. Disponível em: <https://morena.si/wp-content/uploads/2014/12/Estatuto-de-MORENA-Publicado-DOF-5-nov-2014.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

NETTO, José Veríssimo Romão; CERVELLIN, Silvia Cervellin. *Minipúblicos e Inovação Democrática: Os Casos de Ilhéus e do Jardim Lapenna*. In: Anais do IV Encontro Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Romao-Netto/publication/336216863_Minipublicos_e_Inovacao_Democratica_Os_Casos_de_Ilheus_e_do_Jardim_Lapenna/links/5d94abf5299bf10cff226933/Minipublicos-e-Inovacao-Democratica-Os-Casos-de-Ilheus-e-do-Jardim-Lapenna. Acesso em: 29 maio 2021.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.

OBRADOR, Andrés Manuel López. *Discurso de inauguração do processo de sorteio de candidatos do MORENA*. México, Distrito Federal, 23feb. 2015. Disponível em: <https://lopezobrador.org.mx/temas/batres-guadarrama/>. Acesso em: 26 maio 2020.

- PAPANDREOU, Giorgos A. *Procedures for Selecting Mayoral and Prefectorial Candidates*. Press Conference, Atenas, 4 maio 2006a. Disponível em: <https://cdd.stanford.edu/mm/2006/papandreou.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- PAPANDREOU, Giorgos A. Picking candidates by the numbers. *International Herald Tribune*, 7 Jun. 2006b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/06/07/opinion/07iht-edpapa.1911947.html>. Acesso em: 26 maio 2020.
- PATEMAN, Carole. Participatory democracy revisited. *Perspectives on Politics*, v. 10, n. 1, p. 7-19, 2012.
- PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. London: Cambridge University Press, 1970.
- RIVERA, José Antonio Aguilar. Las razones de la tombola. *Nexos*, 1 abr. 2015. Disponível em: <https://www.nexos.com.mx/?p=24566>. Acesso em: 30 maio 2021.
- ROSAGEL, Shaila. La suerte, con tamales y atole, elige a dos terceras partes de los pluris de Morena. *Sinembargo*, 24 feb. 2015. Disponível em: <https://www.sinembargo.mx/24-02-2015/1260775>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- RUBIÃO, André. O sorteio na política: como os minipúblicos vêm transformando a democracia. *Revista Opinião Pública*, v. 24, n. 3, p. 699-723, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCLOVE, Richard. *Democracy and Technology*. New York: The Guilford Press, 1995.
- SINTOMER, Yves. *Petite histoire de l'expérimentation démocratique: tirage au sort et politique d'Athènes à nos jours*. Paris: La Découverte, 2011.
- SINTOMER, Yves. *O poder ao povo: júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SPOURDALAKIS, Michalis; TASSIS, Chrisanthos. Party Change in Greece and the Vanguard Role of PASOK. *South European Society and Politics*, v. 11, n. 3-4, p. 497-512, 2006.
- SUITER, Jane *et al.* The Irish Constitutional Convention. A Case of High Legitimacy. In: REUCHAMPS, Min; SUITER, Jane (Orgs.). *Constitutional Deliberative Democracy in Europe*. Colchester: ECPR Press, 2016.
- TALPIN, Julien. *Schools of Democracy*. How Ordinary Citizens (Sometimes) Become More Competent in Participatory Budgeting Institutions. Colchester: ECPR Press, 2011.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- TORMEY, Simon. *The end of representative politics*. Cambridge: Polity Press, 2015.
- VAN REYBROUCK, David. *Contra las elecciones: cómo salvar la democracia*. Barcelona: Taurus, 2017.
- WARREN, Mark; PEARSE, Hilary (Orgs.). *Designing Deliberative Democracy*. The British Columbia's Citizen Assembly. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Artigo recebido em: Novembro/2020

Aprovado em: Maio/2021

André Rubião (rubiao.andre@gmail.com) é Doutor em Ciência Política pela Université Paris 8, Professor Adjunto na Faculdade de Direito Milton Campos.

O uso do sorteio para a escolha de candidatos: uma análise das experiências do PASOK (Grécia) e do MORENA (México)

Resumo. Este artigo analisa duas experiências envolvendo o sorteio para a escolha de candidatos a cargos eletivos. A primeira ocorreu em 2006, quando o partido grego PASOK constituiu uma amostra representativa de cidadãos para selecionar o seu candidato à prefeitura de Marusi. A segunda ocorreu em 2015, quando o partido mexicano MORENA selecionou por sorteio alguns candidatos que integraram a lista eleitoral para concorrer ao cargo de deputado federal. Com base na reconstrução de processos sociais e na análise bibliográfica, este artigo mostra a dinâmica em torno desses estudos de caso e como eles estão inseridos num contexto global de retorno do uso do sorteio na democracia. O artigo argumenta que a seleção aleatória de cidadãos traz um ganho de legitimidade e que as iniciativas do PASOK e do MORENA são exemplos interessantes na escolha de candidatos, em especial por mitigarem alguns efeitos perversos ligados ao fenômeno da verticalização nos partidos políticos.

Palavras-chave: Sorteio; Minipúblico; Partidos Políticos; Democracia; Representação.

The use of sortition for candidate selection: an analysis of the PASOK (Greece) and MORENA (Mexico) experiences

Abstract. This article analyzes two experiences involving sortition in choosing candidates for elective positions. The first occurred in 2006, when the Greek party PASOK gathered a representative sample of citizens to select their candidate for Marusi prefecture. The second occurred in 2015, when the Mexican party MORENA randomly selected some candidates from the electoral list to run for federal office. Based on the methodology of reconstructing social processes and bibliographic analysis, this article shows the dynamics around these case studies and how they are inserted in a global context of return to the use of sortition in democracy. The article argues that the random selection of citizens brings a gain of legitimacy and that the initiatives of PASOK and MORENA are interesting examples in the choice of candidates, especially for mitigating some perverse effects linked to the phenomenon of verticalization in political parties.

Keywords: Sortition; Minipublics; Political Parties; Democracy; Representation.